



# NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, no período de 20 a 24 de junho de 2016.

## 1. PODER LEGISLATIVO –



### 1.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

#### [Projeto de Alberto Fraga garante licença conjugal a bombeiros militares do DF](#)

Tramita na Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei PL 1259/15**, do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que garante aos bombeiros militares do Distrito Federal o direito à licença para acompanhar cônjuge. Segundo o autor, é preciso estender a essa classe profissional um direito já reconhecido aos servidores públicos civis da União. No caso dos bombeiros militares, se o afastamento exceder seis meses, o profissional continua na ativa, mas perde o direito de ser promovido. Pelo projeto, essa licença poderá ser interrompida, de forma unilateral pela autoridade militar, como já ocorre nos casos de licença especial ou para tratar de interesse particular. O texto prevê ainda que o bombeiro militar da ativa ficará impedido de progredir na carreira durante o período que durar a licença. Além de não ser remunerado, o afastamento não conta como tempo de serviço. A medida altera o Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (**Lei 7479/86**).

#### [Projeto determina curso de formação para guardas municipais](#)

A Câmara dos Deputados analisa o **Projeto de Lei 4494/16**, do deputado Major Olimpio (SD-SP), que obriga a realização de curso de formação para investidura em cargo público nas guardas municipais. A proposta altera o Estatuto Geral das Guardas Municipais (**Lei 13.022/14**). Para o deputado, a alteração visa “aperfeiçoar a norma geral devidamente legalizada que norteará os administradores locais, criando um sistema de segurança pública mais adequada à realidade brasileira”. O parlamentar destaca que, na maioria dos municípios, há limitações orçamentárias e financeiras para constituição e manutenção de ambientes de treinamento. Por isso, o projeto prevê que a formação poderá ser feita em escola especializada em treinamento de segurança, e o treinamento de tiro poderá ser realizado em Clube de Tiro, ambos regulados e autorizados pelo Departamento de Polícia Federal.

#### [CCJ aprova PEC com competência da União sobre Segurança Pública](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou hoje (21) a admissibilidade da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 138/15**, que acrescenta a segurança pública entre as competências comuns da União, dos estados, e dos municípios. A proposta já foi aprovada pelo Senado e, por isso, tem preferência nas discussões, mas já houve outras PECs em tramitação que trataram do tema, que é polêmico e divide opiniões na Câmara. O deputado Maia Filho (PP-PI) disse não estar certo se a Polícia Federal estaria pronta para investigações de homicídios, e acredita que a separação entre áreas de atuação pode ser benéfica para todas as polícias. "Mas são dúvidas que ainda poderemos tirar nos debates da comissão especial", disse. Para o deputado Luiz Couto (PT-PB), a PEC deve reconfigurar o enfrentamento da violência no País, um dos problemas considerados mais importantes pelo parlamentar. "A União precisa ajudar os estados e os municípios, que não conseguem enfrentar uma criminalidade cada vez mais nacionalizada", defendeu.

#### [Projeto regulamenta revista em eventos de grande porte](#)

A Câmara analisa o **Projeto de Lei 4627/16**, do deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que determina que os produtores de eventos com público de mil pessoas ou mais façam revista na



## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

entrada do local para evitar o acesso de pessoa portando arma de fogo, substâncias ilícitas ou objetos que possam colocar em risco a segurança do evento. O autor afirma que a proposta busca preservar a intimidade e a privacidade de quem comparece a eventos, com o uso de revista eletrônica para evitar expor os cidadãos a constrangimentos desnecessários. “O avanço da tecnologia possibilita a maior eficácia na segurança dos eventos, causando menos danos aos cidadãos”, disse. O projeto estabelece que os vigilantes devam ser identificados com plaquetas e com o emblema da empresa no uniforme, mesmo para eventos que utilizem trajes especiais. A revista deve ser feita preferencialmente com equipamentos eletrônicos e, em último caso, manualmente. A proposta também estabelece que a revista manual sobre mulher deve ser realizada exclusivamente por agente do mesmo sexo; no caso de crianças ou adolescentes, deve ser realizada na presença de um responsável. O não cumprimento da Lei sujeitará o infrator a multa no valor de cem mil a trezentos mil reais.

### [Projeto isenta militares estaduais e distritais em serviço do crime culposo de dano](#)

Câmara dos Deputados analisa proposta que modifica o Código Penal Militar (CPM - Decreto-lei [1.001/69](#)) para prever que a modalidade culposa do crime de dano não se aplica a militares estaduais ou distritais quando em serviço. A medida está prevista no **Projeto de Lei 4721/16**, do deputado Cabo Sabino (PR-CE). Segundo o CPM, é crime praticar “dano em material ou aparelhamento de guerra ou de utilidade militar pertencente ou não às forças armadas”. Na modalidade culposa, a pena prevista é de detenção de 6 meses a 2 anos. “Um militar dirigindo uma viatura em perseguição a um veículo suspeito terá que considerar, em questão de segundos, se as manobras que ele irá realizar, caso venha a ocorrer um acidente que danifique o veículo militar, poderão ser consideradas justificáveis em razão da perseguição ou serão, simplesmente, consideradas imprudentes. Na primeira hipótese, há uma excludente de ilicitude; na segunda, prática do crime de dano, na modalidade culposa”, explica o autor.

## 1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### [Comissão de Segurança aprova projeto que faculta a gravação de ações policiais](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (21) proposta que faculta ao Poder Público oferecer equipamento de gravação em vídeo ou tecnologia de transmissão e registro de vídeo a equipes encarregadas de ação policial em que haja a possibilidade de uso da força. As gravações, de acordo com o texto, também deverão ser usadas em repartições policiais onde o preso for apresentado. Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Laudívio Carvalho (SD-MG), para o **Projeto de Lei 2416/15**, do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). O texto original do projeto torna obrigatória a gravação em vídeo de ações policiais. Ao optar por um novo texto, Carvalho avaliou que há possível inconstitucionalidade no projeto original. “O fundamento é que a proposição estaria invadindo a competência dos estados, por impor-lhes despesas, o que resultaria na quebra do pacto federativo”, disse o relator.

## 1.3 COMISSÃO ESPECIAL PEC 430/09 - UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES

### [Especialista em segurança pública afirma ser ineficaz unificação das polícias](#)

O consultor legislativo Fernando Carlos Walderley, da Câmara dos Deputados, especialista em segurança pública e defesa nacional, considera que a unificação das polícias militar e civil é uma forma ineficaz e injusta de resolver os problemas da segurança pública. “É um erro grave descarregar os problemas na PM. Desmilitarizar a polícia não é a solução. Não se leva em conta a violência que esses policiais enfrentam”, afirmou ele, durante audiência pública da Comissão Especial de Unificação das Polícias Cíveis e Militares. Para Walderley, se as forças forem unificadas, haverá inconstitucionalidade na transposição dos cargos. “Como ficará o salário dos policiais ativos e inativos? E se a polícia unificada entrar em greve?”, questionou. O presidente da comissão, deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG), afirmou que é preciso discutir o tema com a população. “São eles que veem os trabalhos”, disse.



## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

### 1.4 OUTRAS NOTÍCIAS DA CÂMARA

#### [MP concede ajuda financeira de R\\$ 2,9 bilhões ao Rio de Janeiro](#)

O Diário Oficial da União publicou nesta terça-feira (21), em edição extra, a **Medida Provisória 734/16**, que obriga a União a prestar apoio financeiro de R\$ 2,9 bilhões ao governo do estado do Rio de Janeiro. Os recursos, liberados em uma parcela única, serão usados para auxiliar as despesas com segurança pública decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que começam em agosto na capital fluminense. A MP é assinada pelo presidente interino Michel Temer e pelos ministros da Justiça, Alexandre de Moraes, e da Fazenda, Henrique Meirelles.

### 1.5 Agenda da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/511277-AGENDA-DA-SEMANA.html>

#### DESTAQUES DA AGENDA

##### TERÇA-FEIRA (28)

9 horas

##### [Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional](#)

Análise das sugestões de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PLN 2/16-CN); e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 2

##### QUARTA-FEIRA (29)

14 horas

##### **Frente Parlamentar Mista de Segurança Pública em Defesa dos Municípios**

Lançamento da frente

Auditório Freitas Nobre

##### SÁBADO (2)

9 horas

##### [Comissão Especial sobre Unificação das Polícias Cíveis e Militares](#)

Seminário sobre a viabilidade e os desdobramentos da Unificação das Polícias Cíveis e Militares.

2. PODER LEGISLATIVO –



### 2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

#### [Lei autoriza União a reincorporar trechos de rodovias federais](#)

A União está autorizada a reincorporar rodovias federais que haviam sido transferidas para os estados e o Distrito Federal. É o que estabelece a **Lei 13.298/2016**, publicada nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União. A lei tem origem na **Medida Provisória (MP) 708/2015**, aprovada no Senado no dia 31 de maio. O texto determina que, dos 14,5 mil quilômetros transferidos a 15 estados em 2002, pouco mais de 10 mil voltem a ser controlados pela União. A maior parte fica em três estados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Os critérios para a mudança de gestão devem respeitar a **Lei 12.379/2011**, que trata do Sistema Nacional de Viação. Na edição da MP, o governo federal justificou que algumas das rodovias transferidas há 14 anos estão em área de



## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

fronteira, o que contraria a **Lei 6.634/1979**. A legislação determina que a faixa paralela de 150 quilômetros em regiões fronteiriças é de segurança nacional.

### [Comissão analisa mudança na regra de idade para adoção de crianças](#)

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deve analisar nesta quarta-feira (22) o **projeto de lei do Senado (PLS) 531/2013**, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir que apenas um dos adotantes, em caso do pedido ser feito por casal, atenda ao requisito de idade: ser 16 anos mais velho do que o adotado. Atualmente, ambos precisam cumprir essa regra. Já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta tem como objetivo impulsionar as adoções no país, tendo em vista o número de crianças e adolescentes nos abrigos. O projeto, do ex-senador Vital do Rêgo, é relatado pelo senador Magno Malta (PR-ES), que defende a aprovação, com duas emendas.

### [Sancionada a lei que regula mandado de injunção](#)

Foi publicada, nesta sexta-feira (24), no Diário Oficial da União a **Lei 13.300/2016**, que regula o processo e o julgamento do mandado de injunção. A lei foi sancionada sem vetos pelo presidente interino Michel Temer em cerimônia no Palácio do Planalto na quinta-feira (23), e já entra em vigor a partir da publicação. O texto tem origem no **Projeto de Lei da Câmara (PLC) 18/2015**, aprovado no Senado em 1º de junho. O mandado de injunção é a ação que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias. Costuma ser concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas ações em que é reclamado o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais relativos à nacionalidade, à soberania e à cidadania ainda não regulamentados pela legislação. Alguns temas já submetidos a mandado de injunção e decididos pela Suprema Corte foram: aposentadoria especial, direito de greve dos servidores públicos, concessão de aviso prévio proporcional e criação de municípios.

## 2.2 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

### [CCJ adia votação de mudanças na Lei Maria da Penha](#)

Diante da falta de consenso em torno de mudanças na Lei Maria da Penha (**Lei 11.340/2006**), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou, para a próxima quarta-feira (29), a votação de **projeto de lei da Câmara (PLC 7/2016)** em pauta na reunião de hoje (22). O pedido de adiamento foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e aceito pelo presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), um dia após a realização de debate que expôs as divergências em torno da proposta. O foco da discórdia está no dispositivo que permite ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência (MPUs) a mulheres vítimas de violência doméstica e a seus dependentes sem consulta prévia ao juiz. Na audiência pública promovida pela CCJ, na terça-feira (21), apenas as entidades ligadas à categoria policial defenderam a iniciativa.

## 2.3 Agenda do Senado Federal

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/06/27>

### DESTAQUES DA AGENDA

**Agenda - 29/06/2016 (Quarta-feira) - 10h**  
**Comissão/Constituição e Justiça -**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião deliberativa com 45 itens. Entre eles, o **PLC 7/2016**, que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica a atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Logo depois, a comissão analisa as emendas à Lei Orçamentária 2017. Veja a pauta [completa](#)

**Local:** Ala Senador Alexandre Costa, **Plenário nº 3**, **Status:** Confirmada



# NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

**Agenda- 30/06/2016 (quinta-feira) - 09h**  
**Comissão/Constituição e Justiça -**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública interativa para debater a PEC 47/2013, que dispõe sobre lista triplíce para escolha de procurador-geral da República.

**Local:** Ala Senador Alexandre Costa, **Plenário nº 3**, **Status:** **Confirmada**

## 3. PODER EXECUTIVO

### 3.1 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Renan e Temer acertam com governadores acordo para dívidas dos estados

Após reunião no Planalto com os governadores e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da República interino, Michel Temer, anunciou acordo para suspensão, por um ano, do pagamento das dívidas dos estados. Todos os governadores participaram do acordo, que teve a articulação de Renan Calheiros. Desde maio, o presidente do Senado e os governadores vêm discutindo propostas para retomar o crescimento e ajudar os estados a sair da crise. Entre as alternativas está a revisão do Supersimples ([PLC 125/2015 — Complementar](#)). — Nós aceitamos as sugestões dos governadores, estamos compatibilizando com a Receita Federal, o que é uma dificuldade muito grande. Nós mexemos muito na proposta [do Supersimples] enviada pela Câmara dos Deputados por ter sido considerada excessiva — disse Renan Calheiros, garantindo que a discussão sobre a atualização do tributo que recai sobre micro e pequenas empresas será retomada nesta semana.

#### MATÉRIAS EM CONDIÇÕES DE DELIBERAÇÃO PELO PLENÁRIO DO SENADO

#### PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

PROJETO	AUTORIA	ASSUNTO	DECURSO
<a href="#">7- PEC 10/11</a>	Senador Inácio Arruda (PCdoB –CE)	Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno
<a href="#">36-PEC 14/14</a>	Senador José Sarney e outros (PMDB-AP)	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a isonomia remuneratória entre os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.  Parecer nº 806, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Romero Jucá, favorável.	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno
<a href="#">37- PEC 16/14</a>	Senador Fernando Collor e outros (PTB –AL)	Altera o art. 144 da Constituição Federal para instituir garantias para os policiais civis e militares e suas famílias.  Parecer sob nº 913, de 2014, da CCJ, Relatora: Senadora Lúcia Vânia, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno





## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

<a href="#">58- PEC 132/15</a>	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (SF)	Altera o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, para atribuir a lei nacional a fixação de regras gerais sobre a aplicação do teto remuneratório dos agentes públicos.	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno
--------------------------------	--	---	---

### PROJETO DE LEI DO SENADO

PROJETO	AUTORIA	ASSUNTO	DECURSO
<a href="#">15 - PLS 14/10</a>	Senadora RosalbaCiarlini (DEM-RN)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.  Pareceres sob nºs 255 e 1.114, de 2013, e 363, de 2014, respectivamente, das Comissões - de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz, favorável; e - de Direitos Humanos e Legislação Participativa (em audiência, nos termos do Requerimento nº 386, de 2013), Relatora: Senadora Ana Rita, pela rejeição. - de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.303, de 2013), Relatora: Senadora Angela Portela, pela rejeição.	Discussão, em turno único

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

PROJETO	AUTORIA	ASSUNTO	DECURSO
<a href="#">5-PLC 83/08</a>	Deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP)	Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.  Pareceres da CCJ, sob nºs 1.646, de 2010, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) e 719, de 2014, Relator: Senador Gim, 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs1 e 2, de Plenário): pela rejeição.	Discussão, em turno único
<a href="#">52 – PLC 108/14</a>	Deputado Gean Loureiro (PMDB – SC)	Regula a investigação criminal militar conduzida por Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal e dá outras providências.  Parecer favorável, sob nº 550, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Blairo Maggi.	Discussão, em turno único
<a href="#">88 – PLC</a>	Deputado	Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de	Discussão, em



# NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

<a href="#">152/15</a>	Tadeu Filipelli (PMDB – DF)	fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito.	turno único
------------------------	--------------------------------	---	-------------

## 4. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

### 4.1 ATIVIDADES DA FENEME NA CAPITAL FEDERAL

<http://www.feneme.org.br/pagina/1462/atividade-da-feneme-na-capital-federal>

Curta/siga a Feneme nas redes sociais

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: [www.feneme.org.br](http://www.feneme.org.br) / [www.ciclocompleto.com.br](http://www.ciclocompleto.com.br)

### 4.2 FENEME PARTICIPA DA 1 ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOFEPAR EM CURITIBA-PR

<http://www.feneme.org.br/pagina/1463/feneme-participa-da-1ordf-assembleia-geral-da-assofo>

### 4.3 CNCG RECEPCIONA COMITIVA DA FIEP EM VISITA AO BRASIL

O Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares recebeu no período de 19 a 25 de junho de 2016, a visita de uma comitiva composta de 06 Oficiais representando a Diretoria da FIEP.

A visita de autoridades militares estrangeiras da Romênia, Portugal, Itália, França e Jordânia às polícias militares do Brasil (São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais) faz parte da terceira etapa que consiste na avaliação de critérios para adesão do CNCG a Associação das Forças de Segurança de Natureza Militar da Europa e do Mediterrâneo - FIEP (de "França, Itália, Espanha e Portugal", países de origem dos quatro primeiros membros), **com objetivo de fortalecer as capacidades dos seus membros por intermédio da troca de experiências e melhores práticas, além de desenvolver seu caráter operacional pela promoção de ações concretas de cooperação e segurança global.**

Na programação oficial estabelecida pelo CNCG, foram organizadas visitas as Polícias Militares de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, como também ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, contando ainda com o imprescindível apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da **Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME**, da **Associação dos Oficiais de Polícia e Bombeiro Militares de Santa Catarina – ACORS** e da **Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – AOPMBM**.

Cada Instituição Militar envolvida teve a oportunidade de apresentar a comitiva FIEP diversos eixos específicos da atividade das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, já mencionados nas etapas 2 (apresentação do CNCG em Vicenza-Italia, para toda a Diretoria, contando com o bem sucedido apoio das Polícias Militares do Distrito Federal e de Goiás) e 3 (envio de respostas a questionário elaborado pela FIEP abordando a constituição e atividades das Instituições Militares no Brasil).



## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

A visita aconteceu num nível elevado e qualificado, tendo as Instituições Militares mostrado o que possuem de melhor e mais moderno, representando muito bem as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

O próximo passo, após avaliação desta visita, será a assinatura do termo de adesão do CNCG junto a FIEP, em outubro próximo, na Romênia. Veja a seguir os registros fotográficos desta visita.







# NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



**Brasília, 26 de junho de 2016.**

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.